

ATA NÚMERO 98/XII/2ª SL

04.dezembro.2012 – 15h00

Aos 04 dias do mês de dezembro de 2012, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na Sala 2, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de ata

3. Comunicações do Presidente

4. Apreciação Parlamentar n.º 37/XII/2.ª, ao Decreto-Lei n.º 202/2012, de 27 de agosto, que "procede à primeira alteração ao Estatuto do Bolseiro de Investigação, aprovado em anexo à Lei n.º 40/2004, de 18 de agosto"

- Discussão e votação das propostas de alteração

5. Petição n.º 176/XII/2.ª da iniciativa de Maria Teresa Lima de Oliveira Freitas da Fonseca e outros, que "Pretendem que a disciplina de psicologia seja lecionada por psicólogos"

- **Apreciação do parecer**
- **Deputado Relator:** Michael Seufert - CDS-PP

6. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda que requer a audição urgente do Secretário de Estado do Ensino e Administração Escolar, para esclarecer como está a ser feita a distribuição do pequeno-almoço nas escolas no presente ano letivo,

- **Apreciação e votação**

7. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, que requer a audição da Secretária de Estado da Ciência e do Presidente da Fundação para a Ciência e Tecnologia, para prestar esclarecimentos sobre o financiamento do Sistema Científico e Tecnológico Nacional e à política de recursos humanos, recrutamento e investimentos em projetos.

- **Apreciação e votação**

8. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que requer a realização de uma audição ao Presidente do Conselho de Escolas, para esclarecer os motivos subjacentes à sua recomendação ao Ministro da Educação e Ciência, de suspender a avaliação de professores bem como sobre o seu entendimento sobre a aplicação do diploma que rege esta avaliação.

- **Apreciação e votação**

9. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, que requer a audição do Ministro da Educação e Ciência, sobre a política de financiamento do Sistema de Ensino e Ação Social Escolar.

- **Apreciação e votação**

10. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, requer a realização de uma audição urgente ao Ministro da Educação e Ciência, para esclarecer o eventual copagamento nos níveis de ensino onde hoje são gratuitos.

- **Apreciação e votação**

11. Outros assuntos

12. Data da próxima reunião

Dia 11.dezembro.2012

.....

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

2. Aprovação de atas

A ata da reunião nº 97, de 28 de novembro, foi aprovada por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

3. Comunicações do Presidente

3.1. A Vice-Presidente Nilza de Sena (PSD), que presidiu à reunião, na ausência do Presidente, informou que a audição do Secretário de Estado da Cultura, a requerimento do PCP, efetuar-se-á no próximo dia 19 de dezembro (4ª- feira), pelas 10h00.

3.2. Indicou que por motivos de agenda, o Senhor Ministro da Educação e Ciência solicitou a alteração da sua próxima audição, de 5/3/2013 para 15/3/20013, não se tendo registado nenhuma objeção.

3.3. Deu conhecimento de que foi distribuído o relatório da audiência do professor de Espanhol Bruno Gomes de Oliveira, não se tendo registado nenhuma intervenção dos deputados.

3.4. Petição 213/XII/2.^a

Por último, informou que foi despachada para a 8.^a Comissão, pelo Vice-Presidente da AR, a petição *on-line* de licenciados em Solicitadoria, que solicitam que esta licenciatura seja equiparada à de Direito, como requisito habilitacional de admissão à função pública.

Dado que a matéria parece não se incluir na área de competência da 8.^a Comissão, mas antes na da COFAP, é proposto que se solicite ao Vice-Presidente da AR a redistribuição da petição àquela Comissão. A Comissão concordou com o pedido de redistribuição.

4. Apreciação Parlamentar n.º 37/XII/2.ª, ao Decreto-Lei n.º 202/2012, de 27 de agosto, que "procede à primeira alteração ao Estatuto do Bolseiro de Investigação, aprovado em anexo à Lei n.º 40/2004, de 18 de agosto"

Foi feita a discussão e votação das propostas de alteração apresentadas pelo PS e BE, tendo sido votadas as propostas respeitantes aos artigos 5.º e 9.º, que foram rejeitadas e adiada para a próxima reunião, para permitir maior ponderação, a votação das propostas respeitantes aos artigos 5.º-A e 17.º.

A reunião foi gravada em registo áudio, que está disponível na [Apreciação Parlamentar n.º 37/XII/2.ª](#).

5. Petição n.º 176/XII/2.ª da iniciativa de Maria Teresa Lima de Oliveira Freitas da Fonseca e outros, que "Pretendem que a disciplina de psicologia seja lecionada por psicólogos"

O relatório final da petição foi apresentado pelo relator, deputado Michael Seufert (CDS-PP).

Interviu de seguida o deputado Jacinto Serrão (PS), que referiu que tendo sido pedido a várias entidades que se pronunciassem sobre a petição, entendia que se devia aguardar pelas respetivas respostas e só depois dar sequência à petição. O deputado Michael Seufert (CDS-PP) referiu que deve ser cumprido o prazo de decisão da petição na Comissão, mesmo que não haja resposta das entidades e salientou que neste caso a petição vai ser discutida no Plenário, podendo entretanto ser recebidas mais respostas.

O deputado Jacinto Serrão (PS) salientou ainda que a habilitação para a docência é o curso via ensino, o mesmo devendo acontecer no caso do curso de Psicologia.

O relatório da petição foi depois aprovado, por unanimidade dos deputados presentes, do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

6. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda que requer a audição urgente do Secretário de Estado do Ensino e Administração Escolar, para esclarecer como está a ser feita a distribuição do pequeno-almoço nas escolas no presente ano letivo,

O requerimento foi apresentado pela deputada Ana Drago (BE), que o justificou referindo subsistirem muitas dúvidas sobre a implementação do pequeno-almoço nas escolas, havendo muitas declarações divergentes de membros do Governo e desconhecendo-se informações concretas do Ministério da Educação e Ciência sobre as escolas em que está a funcionar, o número de alunos abrangidos e os protocolos estabelecidos para o efeito.

Interviu de seguida o deputado Pedro Delgado Alves (PS), que indicou a concordância do PS com o requerimento e realçou ainda que há uma Resolução da Assembleia da República sobre o pequeno-almoço nas escolas.

O deputado Amadeu Albergaria (PSD) manifestou depois concordância com a audição deste membro do Governo.

O requerimento foi aprovado por unanimidade dos deputados presentes, do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

7. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, que requer a audição da Secretária de Estado da Ciência e do Presidente da

Fundação para a Ciência e Tecnologia, para prestar esclarecimentos sobre o financiamento do Sistema Científico e Tecnológico Nacional e à política de recursos humanos, recrutamento e investimentos em projetos.

O requerimento foi apresentado pelo deputado Miguel Tiago (PCP), que o justificou referindo que a Proposta de Lei do Orçamento do Estado (OE) não continha a discriminação das verbas para os Laboratórios do Estado e para os Laboratórios Associados e sabe-se agora que vão ter cortes de 30% a 50%. Salientou ainda que no debate do OE os membros do Governo informaram que vai haver novas formas de financiamento, numa base competitiva e não distributiva, não desenvolvendo a matéria.

O deputado Amadeu Albergaria (PSD) manifestou depois concordância com a audição.

A deputada Elza Pais (PS) concordou também com a audição e salientou que os investimentos nesta área estão em desaceleração.

O requerimento foi aprovado por unanimidade dos deputados presentes, do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

8. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que requer a realização de uma audição ao Presidente do Conselho de Escolas, para esclarecer os motivos subjacentes à sua recomendação ao Ministro da Educação e Ciência, de suspender a avaliação de professores bem como sobre o seu entendimento sobre a aplicação do diploma que rege esta avaliação.

O requerimento foi apresentado pelo deputado Acácio Pinto (PS), referindo que a avaliação de desempenho dos professores foi uma matéria muito debatida na anterior legislatura, com posições do PSD e do CDS-PP e o atual Governo informou em 2011 que tinha ideias definidas sobre a matéria.

Entretanto, o Conselho de Escolas recomendou recentemente ao Governo a suspensão da avaliação de professores (avaliação regulada pelo Decreto-Regulamentar n.º 26/2012, de 21 de fevereiro) e a adoção, no presente ano letivo, de um modelo simplificado, pelo que requer a audição daquele órgão.

Interveio depois a deputada Isilda Aguincha (PSD), que referiu haver inúmeros docentes com condições para serem avaliadores e salientou que a [nota informativa da Secretaria de Estado do Ensino e da Administração Escolar](#) esclarece as várias questões, nomeadamente que a avaliação das aulas pode ter lugar só no próximo ano e a mudança de escalão terá efeitos retroativos, quando for possível. Realçou que muitas escolas têm o percurso de avaliação avançado e os professores querem ser avaliados. Defendeu que suspender o modelo simplificado é uma proposta antiga e que não vê razão para trazer mais intervenientes aos processos.

A deputada Ana Drago (BE) referiu que não se opõe à audição, mas entende que esta não é uma questão premente da Educação, pelo que se absterá na votação.

O deputado Acácio Pinto (PS) acrescentou que foi o Conselho de Escolas que trouxe a matéria à discussão e a referida nota informativa é posterior, de 3 de dezembro, informando que mantém o requerimento da audição do Presidente do Conselho de Escolas.

A deputada Isilda Aguincha (PSD) defendeu que entende que a nota informativa foi suficiente para esclarecer a situação.

O deputado Michael Seufert (CDS-PP) indicou que concorda com a audição de entidades governativas, mas não de outras entidades.

O requerimento foi rejeitado, com os votos contra dos deputados do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do PS e do PCP e a abstenção do BE.

9. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, que requer a audição do Ministro da Educação e Ciência, sobre a política de financiamento do Sistema de Ensino e Ação Social Escolar.

Dado que este requerimento do PCP e o seguinte, do PS, incidem genericamente sobre a mesma matéria, foi consensualizado fazer a sua apresentação sequencial e a discussão conjunta.

Este requerimento foi apresentado pelo deputado Miguel Tiago (PCP), que o justificou referindo que o Primeiro-Ministro anunciou alterações no financiamento do sistema de ensino, para aumentar o nível de partilha entre o Estado e os cidadãos, pelo que o Ministro da Educação deve esclarecer o aumento do pagamento de propinas nos ensinos superior e secundário.

O deputado Rui Jorge Santos (PS) apresentou o requerimento do PS, referindo que o seu Grupo Parlamentar perguntou ao Ministro, no âmbito do OE, se haveria copagamentos no ensino básico e secundário ou aumento de propinas no ensino superior, não tendo obtido resposta. Informou ainda que o PS vai requerer a vinda do Ministro para esclarecer o financiamento às escolas privadas.

O deputado Emídio Guerreiro (CDS-PP) indicou que o Primeiro-Ministro disse que há uma diferença entre a Educação e a Saúde, no que respeita à responsabilização. Realçou depois que a Conferência de Líderes, em 21 de novembro, aprovou a constituição de um Grupo de Trabalho para elaborar uma proposta para a organização de conferências sobre o papel e as funções do Estado e o seu acompanhamento, de forma a habilitar o Governo com contributos parlamentares. Salientou ainda que 80% dos impostos são para o Estado Social e 20% não chegam para as restantes despesas além daquele, incluindo a da dívida pública.

O deputado Michael Seufert (CDS-PP) referiu que o Primeiro-Ministro indicou que a Constituição da República Portuguesa permite a distribuição de custos entre o Estado e os cidadãos. Realçou depois que não há avaliação das despesas públicas, havendo necessidade de discutir o Estado Social e os seus custos, que estão a ser pagos com os impostos atuais e futuros, através da dívida pública.

A deputada Ana Drago (BE) defendeu que não pode haver propinas no ensino obrigatório e não há condições para as aumentar no ensino superior e que se vai haver cortes na Educação, seria importante que o Ministro viesse esclarecer a situação.

O deputado Emídio Guerreiro (PSD) reiterou que já foi decidida na Conferência de Líderes a discussão sobre o Estado Social.

O deputado Rui Jorge Santos (PS) referiu que todo o país percebeu que haveria copagamentos nos níveis de ensino atualmente gratuitos.

O requerimento do PCP foi rejeitado, com os votos contra dos deputados do PSD e do CDS-PP e os votos a favor dos do PS, do PCP e do BE.

10. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, requer a realização de uma audição urgente ao Ministro da Educação e Ciência, para esclarecer o eventual copagamento nos níveis de ensino onde hoje são gratuitos.

O requerimento do PS foi apresentado imediatamente a seguir ao do PCP, tendo a discussão de ambos sido conjunta.

O requerimento do PS foi rejeitado, com os votos contra dos deputados do PSD e do CDS-PP e os votos a favor dos do PS, do PCP e do BE.

11. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

12. Data da próxima reunião

Dia 11.dezembro.2012

A reunião foi encerrada às 17:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 04 de dezembro 2012

A PRESIDENTE (EM SUBSTITUIÇÃO)

(Nilza de Sena)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Ana Drago
Ana Sofia Bettencourt
Carlos Enes
Duarte Marques
Emídio Guerreiro
Inês de Medeiros
Isilda Aguincha
Maria Conceição Pereira
Maria José Castelo Branco
Michael Seufert
Miguel Tiago
Nilza de Sena
Odete João
Pedro Delgado Alves
Pedro Pimpão
Rui Jorge Santos
Rui Pedro Duarte
Ana Oliveira
Elza Pais
Inês Teotónio Pereira
João Prata
Nuno Encarnação
Rita Rato
Rosa Arezes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia
José Ribeiro e Castro
Paulo Cavaleiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Margarida Almeida